

– Nove passos para –

REDUZIR A MORTALIDADE MATERNA



ZERO MORTES

maternas

evitar o evitável

Nove passos

PASSO UM

Desenvolver políticas públicas que abordem, de forma contundente, as grandes brechas na equidade, para conseguir o acesso e a cobertura universal em saúde materna e saúde sexual e reprodutiva.

PASSO DOIS

Destinar os recursos necessários para a execução de políticas públicas relacionadas ao acesso e à cobertura universal em saúde materna e saúde sexual e reprodutiva.

PASSO TRÊS

Utilizar as evidências no desenvolvimento de políticas e programas para a redução da morbimortalidade materna e disseminar o conhecimento gerado por meio da implementação de políticas públicas para a redução da morbimortalidade materna, com a cooperação transversal Sul-Sul entre os países da região.

PASSO QUATRO

Fortalecer os mecanismos de participação cidadã e de prestação de contas como elementos-chave de uma abordagem baseada em direitos com uma cidadania ativa e empoderada, para a promoção da equidade em saúde e a redução das barreiras existentes.

PASSO CINCO

Melhorar a qualidade da atenção em saúde materna e saúde sexual e reprodutiva com base em padrões como elemento essencial para reduzir a mortalidade materna e garantir o exercício do direito à saúde de todas as mu-

lheres, independentemente de condição social, o que inclui a promoção de uma resposta integral ao aborto inseguro.

PASSO SEIS

Investir nas equipes de saúde para melhorar suas condições de trabalho, promovendo, assim, o compromisso com a qualidade dos serviços e com o avanço em direção ao acesso e à cobertura universal de saúde, especialmente na atenção primária e envolvendo principalmente as enfermeiras obstétricas e obstetrizas. Maior acesso a obstetrizas profissionais competentes e regulamentadas poderia salvar milhões de vidas todos os anos.

PASSO SETE

Identificar as barreiras que as pessoas enfrentam no acesso aos serviços de saúde materna a que têm direito e as populações mais afetadas por esses obstáculos.

PASSO OITO

Melhorar o acesso aos métodos anticoncepcionais, reconhecendo seu papel essencial na garantia do direito das pessoas de decidir livremente sobre o número, o espaçamento e o momento de seus filhos e filhas, e na contribuição para a redução da morbimortalidade materna, para todas as mulheres, incluindo durante emergências humanitárias.

PASSO NOVE

Atender às necessidades de saúde sexual e reprodutiva das populações adolescentes, reconhecendo seus direitos e o impacto no desenvolvimento dos países.

Nove passos para reduzir a mortalidade materna

Na última década, a redução da mortalidade materna na América Latina e no Caribe mostrou sinais de desaceleração (1) acentuada e que se agravou durante a pandemia de COVID-19, o que coloca em risco o cumprimento das metas estabelecidas a nível mundial, regional e nos próprios Estados (2)

Em 2020, a mortalidade materna aumentou 9% nos países da América Latina e do Caribe, em relação às mortes maternas registradas em 2019 (2). Nesse período, os pilares da cobertura universal de saúde sexual e reprodutiva (a disponibilidade de serviços de saúde sexual e reprodutiva, os recursos e equipamentos disponíveis, a demanda e o acesso a serviços de saúde) foram afetados (3, 4, 5, 6).

Estima-se que isso levou a um retrocesso de 20 anos nos indicadores de saúde materna na região, de acordo com os dados coletados pelo Grupo de Trabalho Regional para a Redução da Mortalidade Materna GTR (2). Fenômeno que revelou a instabilidade das conquistas.

As mortes maternas ainda são a expressão da inequidade de gênero, etnia, afrodescendência, lugar de residência, nível educativo e nível socioeconômico. Os dados indicam que há uma maior razão de mortalidade materna (RMM) entre mulheres indígenas, afrodescendentes, aquelas que vivem em situação de pobreza, migrantes e as que residem em regiões rurais (2). Por exemplo, no Paraguai em 2021, o RMM das mulheres sem escolaridade era cinco vezes mais alto do que o das mulheres com a nível profissional (2).

A evidência indica que 90% das mortes maternas podem ser evitadas com uma combinação de medidas que incluem a implementação de cuidados maternos de qualidade, o acesso universal aos métodos anticoncepcionais modernos e esforços para abordar as inequidades no acesso aos serviços (7). Essas mortes evitáveis são uma violação do direito à vida (8).

O cenário atual pede uma chamada à ação. É hora de retomar a saúde materna como questão regional prioritária. A chave para garantir a redução da morbimortalidade materna evitável é o compromisso dos governos, de aliados estratégicos e da sociedade civil para enfrentar os diferentes determinantes que a afetam.

As evidências empíricas, assim como a identificação de intervenções custo-efetivas, são o suporte perfeito para uma resposta de ação direta dos governos e de seus parceiros estratégicos, chamando também a sociedade para proteger os direitos das mulheres e dos recém-nascidos em nome do desenvolvimento e da justiça social.

Para acelerar a redução da morbimortalidade materna, é necessário adotar práticas baseadas em evidências que levem em consideração os contextos locais e as populações mais vulneráveis e desenvolver a capacidade nacional de implementá-las e mantê-las. Empreender uma série de passos estratégicos, que contemplem tanto o campo das políticas públicas quanto o dos sistemas de saúde, com o lema de não deixar ninguém para trás.¹

1- Os nove passos enumerados foram extraídos do documento Consenso Estratégico Interinstitucional para a Redução da Morbimortalidade Materna: orientações estratégicas para a década 2020-2030. É possível baixá-lo aqui.



Passo um

Desenvolver políticas públicas que abordem, de forma contundente, as grandes brechas na equidade, para conseguir o acesso e a cobertura universal em saúde materna e saúde sexual e reprodutiva.

Recomendações

- Manter o foco nas populações mais negligenciadas.
- Promover regulamentações que fomentem a igualdade de gênero, investindo na formação e no reconhecimento de novas lideranças femininas em todos os setores.
- Adotar uma perspectiva do curso de vida para a saúde de mulheres, meninas, meninos e da população adolescente.
- Promover uma articulação entre vários setores para priorizar os desafios de saúde enfrentados por mulheres, meninas, meninos e adolescentes.
- Estabelecer metas claras e realistas para uma cobertura e acesso universal em saúde sexual e reprodutiva, atualizando o pacote essencial de serviços e intervenções.
- Tomar medidas para cumprir com os compromissos globais e regionais firmados pelos Estados da região.

Passo dois



Destinar os recursos necessários para a execução de políticas públicas relacionadas ao acesso e à cobertura universal em saúde materna e saúde sexual e reprodutiva.

Recomendações

- Prioridade o investimento da cooperação internacional para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe nas questões de saúde sexual e reprodutiva e de saúde materna.
- Aumentar o gasto público em saúde como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB).
- Garantir uma atribuição e a execução equitativa e custo-efetiva dos recursos financeiros.
- Fortalecer os programas inovadores de mobilização de recursos nacionais para investimento em saúde, com base em alianças entre governo, setor privado e sociedade civil.





Passo três

Utilizar as evidências no desenvolvimento de políticas e programas para a redução da morbimortalidade materna e disseminar o conhecimento gerado por meio da implementação de políticas públicas para a redução da morbimortalidade materna, com a cooperação transversal Sul-Sul entre os países da região.

Recomendações

- Revisar e modificar estruturas legais e regulatórias para garantir que respondam aos compromissos regionais e internacionais pactados e que ofereçam suporte à implementação de programas eficazes e baseados em evidências, incluindo a garantia de condições seguras para a interrupção da gravidez
- Promover o uso de intervenções custo-efetivas para reduzir a morbidade grave e a mortalidade materna com base em conhecimentos, evidências e ferramentas comprovadas.
- Fomentar a pesquisa e a inovação (combinando ciência, tecnologia e inovações sociais, financeiras e empresariais) para identificar e desenvolver intervenções eficazes e de qualidade e levá-las para os locais em que são mais necessárias.
- Avaliar a eficácia das soluções digitais para o fortalecimento dos sistemas de saúde.



Passo quatro

Fortalecer os mecanismos de participação cidadã e de prestação de contas como elementos-chave de uma abordagem baseada em direitos com uma cidadania ativa e empoderada, para a promoção da equidade em saúde e a redução das barreiras existentes.

Recomendações

- Continuar aprofundando a cultura de prestação de contas nos países com base na geração de capacidades, tanto ao exigir direitos quanto ao assumir responsabilidades.
- Promover os mecanismos de transparência nacionais e subnacionais que incorporam os orçamentos para a saúde materna e a saúde sexual e reprodutiva e incluem a participação da sociedade civil.
- Promover alianças fortes entre diferentes atores, incluindo a sociedade civil organizada, que permitam a discussão de resultados e propostas de melhoria e acompanhamento.



Passo cinco



Melhorar a qualidade da atenção em saúde materna e saúde sexual e reprodutiva e garantir o exercício do direito à saúde de todas as mulheres, independentemente de condição social, o que inclui a promoção de uma resposta integral ao aborto inseguro.

Recomendações

- Promover protocolos e padrões de qualidade para a atenção materna e reprodutiva baseados em evidências.
- Adotar um modelo de atenção humanizada e holística com base nos direitos humanos de cada mulher e recém-nascido, que considere as dimensões interpessoais do cuidado e garanta a participação ativa de mulheres, famílias e comunidades.
- Melhorar a qualidade e o acesso à atenção pré-natal, incluindo cuidado respeitoso, inclusivo e sem discriminação.
- Fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde para prevenção, detecção precoce e manejo eficaz das principais causas de mortalidade materna direta e indireta, incluindo aquelas relacionadas ao aborto inseguro, com base na estratégia da atenção primária à saúde, no âmbito do acesso e cobertura universal (9).
- Promover a coordenação e abordagens integrativas entre os subsetores de saúde, especialmente com os setores de saúde neonatal, de HIV e de planejamento familiar.
- Promover o parto como uma experiência natural e positiva (10), com foco na mulher, evitando a medicalização excessiva, implementando estratégias de saúde interculturais dentro do marco dos princípios de cuidados maternos respeitosos.
- Garantir condições dignas e respeitosas para a atenção de qualidade às mulheres em situação de aborto e pós-aborto.
- Assegurar a capacidade de resposta dos sistemas de saúde e competências adequadas nas equipes de saúde para a identificação e resolução qualificada de casos de aborto em países onde o aborto é legal, inclusive durante emergências sanitárias e humanitárias.



Passo seis

Investir nas equipes de saúde para melhorar suas condições de trabalho, promovendo, assim, o compromisso com a qualidade dos serviços e com o avanço em direção ao acesso e à cobertura universal de saúde, especialmente na atenção primária e envolvendo principalmente as parteiras profissionais. Maior acesso a parteiras profissionais competentes e regulamentadas poderia salvar milhões de vidas todos os anos (11).

Recomendações

- Atrair, motivar, apoiar, capacitar e treinar equipes de saúde para a prestação de serviços de saúde materna e saúde sexual e reprodutiva de qualidade.
- Investir em recursos humanos em saúde, com orçamentos específicos, incluindo para a contratação de parteiras e parteiros profissionais, especialmente em serviços do primeiro nível de atenção (11). Garantir uma distribuição adequada do pessoal de saúde para formar equipes equilibradas que prestem serviços a todas as populações.
- Revisar e atualizar as competências e a conformação das equipes de saúde, para que contem com capacidades diversas, adequadas e coordenadas, com descrições claras das funções de cada membro da equipe.
- Acordar normas e regulamentos baseados em evidências, a fim de estabelecer um papel claro para os provedores tradicionais de saúde e as doulas, e determinar sua articulação com o sistema de saúde.
- Garantir a formação de qualidade e contínua dos profissionais de saúde.



Passo sete

Identificar as barreiras que as pessoas enfrentam no acesso aos serviços de saúde materna a que têm direito e as populações mais afetadas por esses obstáculos.

Recomendações

- Multiplicar os investimentos em sistemas de informação em saúde que apresentem dados desagregados sobre a população em nível descentralizado.
- Gerar capacidades para a análise e o uso da informação relevante e de evidências para as decisões políticas e programáticas, tanto em nível nacional quanto local.
- Fortalecer os sistemas de vigilância e de resposta à morbimortalidade materna, incluindo os comitês de mortalidade materna, e difundir o uso das guias de vigilância epidemiológica e resposta à mortalidade materna (12).
- Introduzir e/ou fortalecer a vigilância nacional de morbidade materna extrema (quase-morte materna).
- Apoiar a implementação de um registro regional unificado para monitorar a qualidade da atenção materna, desagregado por tipo de população, idade, distribuição geográfica, etnia ou outra condição localmente relevante.

Passo oito

Melhorar o acesso aos métodos anticoncepcionais.

Recomendações

→ Assegurar o acesso a métodos contraceptivos modernos, incluindo métodos reversíveis de longa duração, implantes subdérmicos e dispositivos intrauterinos e anticoncepção de emergência, com ênfase nas populações adolescentes, mulheres migrantes, afrodescendentes, pessoas com deficiência e indígenas.

→ Introduzir e/ou fortalecer serviços de aconselhamento sobre métodos contraceptivos.

→ Abastecer os centros de saúde com equipamento e insumos necessários para garantir o acesso regular e oportuno a uma ampla gama de métodos contraceptivos modernos.

→ Fortalecer os sistemas de logística de insumos de saúde sexual e reprodutiva até a entrega às usuárias finais.



Passo nove



Atender às necessidades de saúde sexual e reprodutiva das populações adolescentes, reconhecendo seus direitos e o impacto no desenvolvimento dos países.

Recomendações

- Intensificar os esforços para expandir a cobertura e o acesso oportuno a serviços de saúde sexual e reprodutiva voltados a adolescentes e jovens, eliminando barreiras de consentimento, se existirem.
- Gerar condições políticas, legais e programáticas para o acesso oportuno de adolescentes ao aconselhamento e a métodos contraceptivos modernos, incluindo métodos reversíveis de longa duração e anticoncepção de emergência.
- Investir na criação de espaços amigáveis para a prevenção da gravidez na adolescência e para o atendimento às adolescentes grávidas. Isso inclui a atenção às necessidades de adolescentes menores de 15 anos.
- Garantir a qualidade, a confidencialidade e a cordialidade dos serviços para adolescentes, com o fortalecimento das capacidades dos profissionais de saúde.
- Fortalecer a articulação com o setor de saúde adolescente e as instituições que atuam na prevenção do abuso sexual, intervenções multissetoriais para identificar casos de violência doméstica ou sexual em adolescentes e responder a eles.

- Incorporar intervenções abrangendo vários setores para identificar e responder a casos de violência doméstica ou sexual em adolescentes.
- Propiciar estratégias comunitárias de informação e comunicação com adolescentes para a mudança de comportamento.
- Incorporar novas tecnologias para alcançar as populações adolescentes, como as redes sociais e os aplicativos de saúde digital.
- Intensificar os esforços para oferecer educação sexual integral e acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva dentro e fora das escolas.
- Trabalhar de forma intersetorial para identificar, atender e acompanhar casos de risco de saúde mental e para prevenir suicídios em adolescentes relacionados a gravidez e outras condições relacionadas à saúde sexual e reprodutiva.



Referências

- 1 Organização Mundial da Saúde. (2019). Trends in maternal mortality 2000 to 2017: estimates by WHO, UNICEF, UNFPA, World Bank Group and the United Nations Population Division. Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/327595>.
- 2 Cuevas, L. Informe sobre los datos actualizados y análisis de indicadores clave de salud materna y razón de mortalidad materna de países de Latino América y el Caribe, periodo 2015 – 2021 (2022). Cidade do Panamá: Grupo de Trabajo Regional para la Reducción de la Mortalidad Materna.
- 3 CEPAL (2020). Los riesgos de la pandemia de COVID-19 para el ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46483-riesgos-la-pandemia-covid-19-ejercicio-derechos-sexuales-reproductivos-mujeres>
- 4 Roberton, T., Carter, E. D., Chou, V. B., Stegmuller, A. R., Jackson, B. D., Tam, Y., ... & Walker, N. (2020). Early estimates of the indirect effects of the COVID-19 pandemic on maternal and child mortality in low-income and middle-income countries: a modelling study. *The Lancet Global Health*, 8(7), e901-e908. Disponível em [https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(20\)30229-1/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(20)30229-1/fulltext) DOI: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(20\)30229-](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(20)30229-).
- 5 Chapman, E., Ramos, S., Romero, M., & Sciarano, G. (2022). Diagnóstico rápido de los determinantes y factores contribuyentes al aumento de la mortalidad materna y perinatal durante la pandemia de COVID-19 en la región de América Latina y el Caribe. Cidade do Panamá: UNFPA y MOMENTUM. Disponível em <https://lac.unfpa.org/es/publications/diagn%C3%B3stico-r%C3%A1pido-de-los-determinantes-y-factores-contribuyentes-al-aumento-de-la>
- 6 Dintrans, P. V., Maddaleno, M., Román, Y. G., Delpiano, P. V., Castro, A., Vance, C., & Castillo, C. A. (2021). Interrupción de servicios de salud para embarazadas, recién nacidos, niños y niñas, adolescentes y mujeres durante la pandemia de COVID-19: proyecto ISLAC 2020. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 45. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8559667/>
- 7 Chou D, Daelmans B, Jolivet R, Kinney M, Say L. Ending preventable maternal and newborn mortality and stillbirths. *BMJ*; 2015; 351:h4255. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/351/bmj.h4255> DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.h4255>
- 8 Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. (2009). Preventable maternal mortality and morbidity and human rights. Disponível em <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Women/WRGS/Health/ReportMaternalMortality.pdf>.
- 9 Organização Mundial da Saúde. Conferência Global sobre Atenção Primária de Saúde. Declaração de Astana. De Alma--Ata rumo à cobertura universal de saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Astana (Cazaquistão) [internet], 25. Disponível em <https://www.who.int/docs/default-source/primary-health/declaration/gcphc-declaration-sp.pdf>
- 10 Organização Mundial da Saúde. (2018). Recomendaciones de la OMS para los cuidados durante el parto, para una experiencia de parto positiva. Ginebra: Organização Mundial da Saúde. Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/272435>
- 11 Bar-Zeev, S., de Bernis, L., & Boyce, M. (2021). State of the World's Midwifery 2021. <https://www.unfpa.org/publications/sowmy-2021>].
- 12 Organização Mundial da Saúde. (2018). Recomendações da OMS sobre cuidados maternos e neonatais para uma experiência positiva pós-parto. Ginebra: Organização Mundial da Saúde. Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/272435>

Estratégia

Zero Morte Materna.

Evitar o evitável

Esta iniciativa é um chamado à ação lançado pelo Grupo de Trabalho Regional para a Redução da Mortalidade Materna (GTR), com o objetivo de reposicionar a mortalidade materna como uma prioridade central na agenda pública, política e operacional dos governos de Américas Latina e Caribe, e dessa forma, acelerar a redução das mortes maternas.

Esta campanha também conta com o apoio de “Cada Mulher Cada Criança América Latina e Caribe” (EWEC-LAC), o mecanismo interinstitucional regional para coordenar a adaptação e implementação da Estratégia Global para a Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (2016 - 2030) na América Latina e no Caribe.

Sobre o GTR

É um mecanismo interinstitucional integrado por agências técnicas das Nações Unidas, organismos de cooperação bilaterais e multilaterais, organizações não governamentais e redes profissionais da região. Desde sua criação, em 1998, promove a colaboração e a sinergia entre diferentes atores regionais para implementar políticas e programas de redução da morbidade e da mortalidade maternas na América Latina e no Caribe (ALC) por meio da geração de compromissos políticos de alto nível para implementação de práticas de saúde materna eficientes e eficazes; a mobilização de financiamento global e nacional para a implementação de programas sustentáveis de saúde materna; a promoção do monitoramento de estratégias conjuntas para reduzir as mortes maternas na região; a visibilidade do problema da morbidade e da mortalidade maternas por meio de ações realizadas em

plataformas globais, regionais e nacionais; e a divulgação de conhecimentos, boas práticas e lições aprendidas na região no campo da saúde materna.

Os membros do GTR são a Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) Escritório da América Latina e do Caribe, o Fundo nas Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM), a Confederação Internacional de Partejas (ICM), a Federação Latino-Americana de Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia, Fos Feminista, a Management Sciences for Health (MSH) e MOMENTUM Country and Global Leadership.

ZERO MORTES
maternas
evitar o evitável